



CIDADE DE SÃO PAULO GESTÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

Viaduto do Chá, nº 15, Centro, São Paulo, CEP 01002-020, CNPJ Nº 46.395.000/0001-39

ATA SINTÉTICA DE MESA SETORIAL DE NEGOCIAÇÃO

NÍVEL BÁSICO (PCCS-NB) E NÍVEL MÉDIO (PCCS -NM)

ANO – 2019 – REUNIÃO 3

Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às quinze horas, na sala de reuniões do secretariado do oitavo andar da sede da Prefeitura Municipal de São Paulo, no Viaduto do Chá, nº 15, foi realizada a terceira reunião da Mesa Setorial do Nível Básico e Médio do Quadro de Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do ano de dois mil e dezenove, no intuito dar continuidade à retomada das mesas de negociação do Sistema de Negociação Permanente (SINP), acordado no Protocolo de Negociação Nº 1/2019, entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Fórum das Entidades Sindicais do SINP.

Fizeram-se presentes à reunião os seguintes representantes da administração municipal de São Paulo:

- . CLEIDE BAUAB, secretária adjunta da Secretaria Municipal de Gestão;
- . WALDIR AGNELLO, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Gestão;
- . CLARISSE DE ALMEIDA, chefe da Assessoria de Relações de Trabalho;
- . ERICK DE MOURA SOTERO, assessor técnico da Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

- NATHALIA VIEIRA, estagiária da Assessoria de Relações de Trabalho;
- PEDRO LAHOS, estagiário da Assessoria de Relações de Trabalho;

Fizeram-se presentes à reunião os seguintes representantes das entidades sindicais:

- JOSÉ ACIOLI, representante da Associação dos Escrivários Municipais de São Paulo - AEMSP;
- OSVALDO VAZÃO, representante da Associação dos Escrivários Municipais de São Paulo - AEMSP;
- DENIS DANTAS, representante da Associação Municipal dos AGPPs e Agentes de Apoio de São Paulo - AMAASP;
- MARIA GORETI SANTOS, representante da Associação Municipal dos AGPPs e Agentes de Apoio de São Paulo - AMAASP;
- PAULO SOARES, representante do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo - APROFEM;
- LUÍS GUERRA, representante da Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores do Município de São Paulo - FASP;
- MARCIA DE OLIVEIRA, representante da Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores do Município de São Paulo - FASP;
- DJALMA PRADO, representante do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo - SINDSEP;
- VLAMIR LIMA, representante do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo - SINDSEP;

● **PAUTAS:**

Continuidade das mesas de negociações, com retomada dos trabalhos e apresentação do panorama atual e premissas das propostas de reestruturação referentes aos Quadros de Nível Básico e Médio.

- **A Chefe da Assessoria de Relações de Trabalho Clarisse de Almeida dá abertura à Mesa Setorial de Negociação do Nível Básico e Médio:**

Iniciada a sessão, houve uma rodada de apresentação dos presentes. Em seguida, Clarisse apresentou o panorama conjuntural, o qual engloba o restabelecimento das Mesas de Negociação à luz do Protocolo de Negociação; a instalação de Comissões Paritárias de Greve pela Secretaria da Gestão; visitas às entidades representativas pela Assessoria de Relações de Trabalho; o substitutivo do 05/19 do Projeto de Lei 616/18 que está com efeitos suspensos na Câmara Municipal e a proposta de PL em apartado para pagamento do abono que está sendo debatido e levado ao Governo.

Após a apresentação do panorama conjuntural, Clarisse explicitou a importância da reestruturação das carreiras dos Níveis Básico e Médio, aliviando pleitos de anos pela valorização salarial de servidores, na busca pelo princípio de isonomia no trabalho, com o objetivo de diminuir as desigualdades dentro do funcionalismo público. Além disso, no engajamento de estimular a atratividade ao setor público, reter evasão e suspender a majoração da judicialização.

A proposta atual do Nível Básico tem como premissas: reestruturação em 3 etapas (2019, 2020 e 2021) com vigência em outubro de cada ano e reposição inflacionária sobre o reajuste médio da carreira, partindo do B1 em R\$1.574,17. Como configuração a proposta prevê o modelo de subsídio; 15 referências; 3 níveis; 1 ano e meio para progressão; 22 anos e meio para alcançar a última referência; admitidos integrados no B5; abertura para não-optantes integrarem PCCS-NB e integração linear. Em abril de 2021 os servidores ativos já teriam a primeira progressão na nova carreira, e caso a conversão de modelo acarretar em valor menor de remuneração ao servidor, será concedido o Subsídio Complementar.

A proposta atual do Nível Médio tem como premissas: reestruturação em 3 etapas (2019, 2020 e 2021) com vigência em outubro de cada ano e reposição inflacionária sobre o reajuste médio da carreira, partindo do M1 em R\$1.918,20. Como configuração a proposta prevê o modelo de subsídio; 20 referências; 3 níveis; 1 ano e meio para progressão; 30 anos para alcançar a última referência; admitidos integrados no M5; abertura para não-optantes integrarem PCCS-NM; integração linear e extinção dos segmentos dos AGPPs. Em abril de 2021, os servidores ativos já teriam a primeira progressão na nova carreira, e caso a conversão de modelo acarretar em valor menor de remuneração ao servidor, será concedido o Subsídio Complementar.

- **Apontamentos realizados pelos representantes das entidades sindicais:**

Márcia Oliveira (FASP) indaga a necessidade de aprofundar as premissas pelas quais nortearão a reestruturação dos quadros, visto que não foram apresentadas as regras de progressão e promoção. Para além, seria necessário a Gestão elencar as barreiras pelas quais impedem o servidor de progredir na carreira, sendo um dos fatores a ausência de cursos de formação pertinentes e coerentes com as atividades desenvolvidas pelos agentes de apoio e os AGPPs. Márcia ainda pondera o tempo atual de maturação do PCCS-NM, em que os servidores chegam, em média, 35 anos para alcançar a última referência do Quadro, citando como exemplo a baixa quantidade de servidores na referência M15.

Denis Dantas (AMAASP) coloca que quando houve a reestruturação do nível superior, na gestão passada, a majoração foi para além da perda inflacionária acumulada, chegando a 150% de valorização da tabela. Assim, a reestruturação do Nível Básico e Médio apresentada não condiz com o discurso isonômico entre os Quadros colocado pela Gestão. O representante da AMAASP adverte que a política de remuneração do 0,01% impediria os servidores de migrarem do padrão de vencimentos para o subsídio, visto a ausência de uma política salarial da Prefeitura Municipal de São Paulo. No qual quem já está no seu segundo quinquênio, não teria incentivo para a respectiva migração de regime remuneratório. No tocante a progressão e promoção, Denis propõe a integração por tempo de efetivo exercício e não por pareamento de referências. Por fim, colocou à disposição para apresentação de um projeto de reestruturação, desenvolvido por um servidor denominado Vlamir, o qual acredita ser um meio termo entre os projetos da prefeitura e sindicatos.

Vlamir Lima (SINDSEP) questionou o quantitativo de servidores que seriam beneficiados com a reestruturação proposta e cobrou os critérios que serão utilizados na construção das porcentagens, de uma referência para outra, na tabela salarial. Argumentou não adiantar as primeiras referências terem reposição inflacionária e as últimas terem valorização de 1%. Além, reivindica a inclusão das autarquias na elaboração dos impactos orçamentários e majorações salariais. Ressaltou que na proposta anterior de reestruturação do Nível Médio, 85% dos servidores da rede direta não teriam ganho. Questionou a configuração de 20 referências proposta, sendo que nem o Nível Superior alcança essa amplitude, recomendando, assim, 17 referências. Em seguida, Vlamir indagou sobre a escolha da integração ser linear e não por tempo, tanto dos servidores efetivos, como dos

admitidos, questionando os argumentos técnicos para esse critério. Citou o caso dos servidores que estavam na referência B5 do PCCS-NB por seis anos, em que tiveram impedimentos de progressão devido a um erro da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) no que compete a ausência de normativa na época. Ademais, pondera que a possível crise orçamentária enfrentada pela PMSP não diz respeito ao funcionalismo público, visto que a dotação de encargo de pessoal da Secretaria de Gestão vem sendo compulsoriamente diminuída, em que no ano de 2016 tínhamos o entorno de R\$ 76,5 milhões e em 2019 foi destinado apenas R\$ 59,5 milhões.

Djalma Prado (SINDSEP) indaga quantos servidores seriam atingidos pelas reestruturações no que tange a valorização salarial e é enfática quanto a ação judicial ser um direito do funcionalismo público, visto as injustiças cometidas pela Prefeitura Municipal de São Paulo, principalmente os níveis básico e médio. Djalma destaca a reivindicação da integração dos servidores para o novo Quadro por meio de contagem de tempo de efetivo exercício e não por referência.

Luís Guerra (FASP), perguntou se a valorização de 39,27% iria ser diluída até 2021 ou se incidiria direto em 2019, e quais os percentuais adotados por referência. Em seguida, questionou o tempo de entrega do PL à Câmara, visto que a data limite seria até 31/08. Trouxe à mesa a questão do Subsídio Complementar, visto que este é fixado e não recebe reajuste. Assim como Lima, Guerra se posicionou contrário ao aumento para 20 referências na carreira do Nível Médio.

Maria Goreti (AMAASP) coloca que não há isonomia entre o nível básico e médio do PCCS para com os respectivos níveis do Quadro da Saúde. Ressalta, também, a importância do modelo de subsídio ser implementado com integração de tempo de efetivo exercício e não por pareamento de referências.

Clarisse de Almeida, chefe da Assessoria de Relações de Trabalho (ART) da Secretaria de Gestão, pondera os pontos elencados pelos representantes sindicais alegando que serão necessárias novas Mesa de Negociação para que sejam aprofundadas as premissas das reestruturações, além da apresentação das tabelas e regras de promoção e progressão. Ressalta que quanto a formação oferecida pela Secretaria de Gestão, a EMASP está aberta para construções de cursos em conjunto com as entidades sindicais, possibilitadas pelo

intermédio da ART. Elucubra, ainda, acerca das 20 referências da proposta de reestruturação do nível médio, em que o foco da Gestão seria enfrentar as desigualdades perpetradas internamente no Quadro PCCS-NM, diminuindo a amplitude salarial da categoria.

- **Encaminhamentos Finais:**

. Aprovação de calendário da Mesa Setorial do Nível Básico e Médio, sendo as respectivas datas: 27 de agosto de 2019 às 15h para apresentação de uma proposta elaborada pelo servidor Vlamir de reestruturação por subsídio que não desemboca em subsídio complementar; 03 de setembro, 10 de setembro e 17 de setembro de 2019 para apresentação da Secretaria Municipal de Gestão, com as respectivas tabelas e impactos orçamentários, tanto da Administração Direta, como da Indireta. Além das novas regras de progressão e promoção dos servidores do PCCS nível básico e médio que serão aplicadas no modelo de subsídio, levando em consideração a revisão do número de referências dos quadros propostos.

. Realização de estudos acerca dos entraves apresentados aos servidores públicos do nível básico e médio para a progressão e promoção.

. Estudar os critérios utilizados na escolha da integração linear e não por tempo.

. Apresentar impactos das propostas: servidores beneficiados (curto e longo prazo); aderência à nova carreira; porcentagem com subsídio complementar.